

## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

### 2ª Reunião Aberta para a apresentação do Chamamento Público nº 01/2013/SMDU

#### ARCO TIETÊ

#### Extrato de reunião realizada em 07 de março de 2013

Aos sete dias do mês de março de 2013, às 15:00 hs., no Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento urbano - SMDU, localizado no 18.º andar do Prédio Martinelli, na Rua São Bento, 405 – Centro, São Paulo/SP, foi realizada a segunda reunião com o objetivo de apresentar o chamamento público dos estudos técnicos de viabilidade para desenvolvimento urbano do Arco Tietê e esclarecer as dúvidas dos interessados presentes. Após a apresentação dos membros da mesa, o senhor Gustavo Partezani Rodrigues, Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo, coordenador da Comissão Especial de Avaliação instituída pela Portaria n.º 10/2013/SMDU.G, iniciou a apresentação dos objetivos do chamamento, justificando a razão da escolha do perímetro que será objeto dos estudos. Em seguida fez uma detalhada explanação sobre o território do perímetro considerado, com projeção de mapas, abrangendo aspectos geográficos, de relevo, as bacias hidrográficas relevantes, os sistemas de transporte, demográficos e habitacionais, econômicos e de equipamentos públicos – saúde, educação, esporte, cultura, assistência social e abastecimento. Foi realçado, nesta apresentação, que os trabalhos deverão levar em consideração a condição estratégica e de diversidade do território, tanto no sentido do espaço intraurbano, quanto no macrometropolitano e regional, com o intuito de orientar um desenvolvimento urbano mais equilibrado do ponto de vista social, econômico e ambiental para a cidade e que, para tanto, os estudos devem considerar quatro setores prioritários para a sua elaboração, a saber: a) econômico, b) ambiental, c) mobilidade e acessibilidade e, d) habitacional; e que tais estudos que devem orientar a construção dos elementos estruturadores da transformação urbana do território do Arco Tietê. Por intermédio do equilíbrio desses setores deverá ser proposta uma nova configuração de desenvolvimento territorial. Serão estudos técnicos para um plano de desenvolvimento que conterá um conjunto de projetos que atenderá a quatro modelagens importantes: 1. Modelagem Urbanística, 2. Modelagem Jurídica, 3. Modelagens Econômica e Financeira e 4. Meios de Interação Social e Institucional. A proposta de trabalho foi dividida em dois momentos: a 1.ª fase – **pré-viabilidade** – conceituação do território, o que se quer, para onde vai, como se equilibrará e se estruturará o território, que durará dois meses. Ressaltou-se que, nesta fase, não haverá aprofundamento de estudos. Esses estudos serão avaliados por um Comitê Técnico. Dessa avaliação resultará um Relatório Resumo que definirá o escopo a ser atendido nos trabalhos da 2.ª fase – **viabilidade** – que durará seis meses. Discorreu, em seguida, sobre a transparência do processo e a participação da população no controle do andamento dos trabalhos, destacando-se as audiências públicas convocadas pela PMSU, destacando-se que somente na segunda fase estão programadas três audiências públicas. Em seguida, foi explicado como deve ser feito o cadastramento, a partir das orientações estabelecidas no edital de chamamento e os esclarecimentos contidos no site da SMDU, que apresenta as perguntas e respostas trocadas com todos aqueles que encaminharam dúvidas sobre o chamamento, novamente sendo divulgado o endereço eletrônico para o envio das dúvidas: [arcotiete@prefeitura.sp.gov.br](mailto:arcotiete@prefeitura.sp.gov.br). Foi chamada a atenção sobre a necessidade de atendimento aos requisitos estabelecidos no edital, em especial para a apresentação da estimativa de custos do desenvolvimento da pré-viabilidade, a indicação do cronograma e da metodologia do desenvolvimento dos trabalhos. Comunicou-se que a data final do cadastramento foi adiada para

o dia 11 de março de 2013 e que os documentos deverão ser entregues no protocolo da SMDU, localizada no 17.º andar, até às 18:00 hs.. Em seguida discorreu sobre como serão aproveitados os estudos, considerando a possibilidade de haver um Comitê Técnico para subsidiar a avaliação dos trabalhos, com base na aderência social das propostas junto à sociedade, a consistência das informações dentro do tripé de equilíbrio social, econômico e ambiental, a compatibilidade técnica das propostas junto às normas e procedimentos pertinentes e, principalmente, junto ao marco regulatório do Plano Diretor, a adequação à legislação aplicável e aos benefícios de interesse público e às melhorias e alternativas apresentadas. Com relação ao ressarcimento dos custos de desenvolvimento dos trabalhos, esclareceu-se que será realizado caso os estudos sejam aproveitados pelo concessionário e quando houver concessão/parceria ou permissão de uso, conforme o estabelecido pela legislação pertinente. Não há garantia de que a participação do interessado no desenvolvimento dos estudos implicará remuneração. Os valores de remuneração terão o seu teto determinado e serão divulgados no início de cada etapa.

Em seguida, foi aberta a palavra ao público presente. Ao final, às 17:00 hs., o Coordenador agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

**o•o•o•o•o**